

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A Fundação Renova, por meio da presente Política, reforça aos seus compromissos com os princípios éticos e de honestidade, estabelecidos em seus valores e as condutas dispostas em seu Código de Conduta. Com base nesse compromisso, assume-se a responsabilidade de participar ativamente no combate à corrupção e fraude em todas as suas áreas de atuação.

1. Objetivo

A Fundação se compromete a conduzir todos os negócios em conformidade com a legislação vigente e com os mais altos padrões éticos. Durante suas operações, a Fundação Renova busca evitar, até mesmo, a aparência de impropriedade nas ações de seus conselheiros(as), diretores(as) e demais pessoas colaboradoras. Contamos com todos para sempre exercer bom julgamento discricionário e moderação ao conduzir os negócios da Fundação.

O Código de Conduta estabelece que a integridade é valor fundamental para a Fundação Renova. Esta Política Anticorrupção (“Política”) reitera o nosso compromisso com a integridade, define os requisitos e proibições específicos aplicáveis às nossas operações em atendimento à legislação anticorrupção, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 12.846 de 2013 (Lei Anticorrupção) e ao *Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (“FCPA”)*, bem como traz informações para prevenção e redução dos riscos de corrupção e suborno relativos às atividades da Fundação.

A Fundação tomará todas as medidas necessárias para garantir que corrupção e suborno não ocorram em suas atividades e não irá tolerar quaisquer violações aos seus princípios e valores de ética e integridade.

De forma resumida, em atendimento ao FCPA e demais legislações pertinentes, é ilegal oferecer, pagar ou fornecer qualquer coisa de valor a uma pessoa em troca da utilização do cargo de tal pessoa no governo ou em uma organização privada para benefício próprio ou da organização. Fornecer “algo de valor” significa praticamente qualquer tipo de arranjo em que seja fornecida vantagem que beneficia a pessoa que a recebe ao invés da organização ou da entidade governamental que essa pessoa representa. No âmbito

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

desta Política, denominaremos tais benefícios de “Vantagens indevidas”. É também ilegal solicitar ou receber Vantagens indevidas em troca de fornecer benefícios indevidos.

Os tipos de Vantagens indevidas mais comuns oferecidos em violação de legislação anticorrupção são financeiros, como o pagamento adiantado em espécie ou arranjos de suborno. No entanto, Vantagens indevidas menos óbvias, como a promessa de obtenção de entrevista de emprego para qualquer pessoa, são também proibidas caso a intenção por trás da oferta seja influenciar a pessoa para utilizar de forma indevida sua autoridade, em virtude de sua posição oficial. Acreditamos firmemente que corrupção e suborno, qualquer que seja a forma que assumam, acabam minando a integridade do governo e da sociedade em geral, bem como do processo de tomada de decisão, além de prejudicar toda a comunidade. A fundação não participará de, nem tolerará, ações de corrupção ou suborno em suas relações com agentes públicos e privados.

As penalidades pela violação dessas leis são sérias e podem expor a Fundação Renova a multas de alto valor e sérios danos reputacionais. Além disso, os indivíduos que violarem essas leis e outras legislações podem também estar sujeitos a prisão e ao pagamento de multas.

Esta Política estabelece as expectativas e os requisitos da Fundação relativos ao atendimento a essas leis, sendo diretamente aplicável a todos as pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)). Esperamos também que todos as pessoas terceiras com que trabalhamos e viermos a trabalhar adotem também estes mesmos padrões no relacionamento com a Fundação.

2. Público-alvo

Todos os estagiários(as), pessoas colaboradoras, pessoas terceiras e membros dos órgãos de administração da Fundação Renova, incluindo o Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, bem como todos os business partners que representam a Fundação, seja por meio de procuração ou pela característica do serviço.

Vale ressaltar que um dos principais objetivos desta Política é assegurar que todos aqueles que possuem qualquer vínculo com a Fundação cumpram com os requisitos da legislação e melhores práticas no combate à corrupção, tanto nacional como

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

internacional, em especial o disposto nas leis anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro, de forma a garantir que durante a condução dos negócios, por quem quer que seja, sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência.

3. Documentos complementares

Os seguintes documentos são complementares a esta política:

- Código de Conduta;
- Código de Conduta para Terceiros;
- Política do Programa de Integridade de Compliance.

4. Responsabilidades

Quem elabora	Quem deve ser consultado	Quem aprova
Gerente de Compliance	-	Conselho Curador

5. Glossário

- **Acordo:** Acordo de ajuste assinado entre a Samarco, a Vale, a BHP e várias autoridades governamentais em 2 de março de 2016.
- **Agente Público:** (i) qualquer pessoa que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça mandato, cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades governamentais ou em representações diplomáticas, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público ou em organizações públicas internacionais; (ii) partido político, seu membro, empregado, agente ou outra pessoa agindo para ou em nome do partido político¹; ou (iii) candidato e pré-candidato a cargo político ou eletivo.
- **Autoridade governamental:** Autoridade governamental é qualquer nação ou qualquer subdivisão política de uma nação, quer estadual ou municipal, e qualquer

¹ A mera filiação em partido político não se enquadra no conceito de funcionário público.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

agência, autoridade, instrumentalidade, agência regulatória, tribunal, banco estadual ou qualquer entidade que exerça poderes ou funções executivas, legislativas, judiciais, tributárias, regulatórias ou administrativas de ou para um governo.

- **Benefícios:** Quaisquer brindes, presentes, refeições, entretenimentos, hospitalidades ou outras coisas de valor, podendo ser denominados em conjunto e/ou separadamente.
- **Brindes:** São itens de valor nominal normalmente baixo, irrisório ou que não tenham valor comercial, que trazem de alguma forma a marca institucional de uma empresa ou instituição. Exemplos: canetas personalizadas, relógios, lapiseiras, pastas, carteiras, chaveiros, agendas, cadernos, porta-retratos, calendários, pen-drives, porta cartões, blocos de anotação, canecas, sacolas recicláveis, ornamentos de escritório, dentre outros.
- **Business Partner (Parceiro de Negócio):** qualquer terceiro que, no contexto das suas atividades para a Fundação, possua autoridade, poder ou capacidade de tomar decisões, negociar, representar ou assumir compromissos com Funcionários Públicos em nome ou em benefício da Renova, incluindo demandas arbitrais envolvendo agentes públicos ou privados.
- **Pessoas colaboradoras:** Todos os(as) estagiários(as), pessoas colaboradoras, pessoas terceiras e membros dos órgãos de administração da Fundação Renova, incluindo, o Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, bem como todos os business partners que representam a Fundação, seja por meio de procuração ou pela característica do serviço;
- **Due Diligence:** Pesquisa detalhada do terceiro referente a eventuais riscos de corrupção e fraude. Deve ser realizada em algumas situações: a) quando há identificação de, no mínimo, um Red Flag (ou alerta de riscos), b) quando o gestor entender que a análise é necessária ou c) quando há algum risco mapeado pela área de Suprimentos, Área Requisitante ou Compliance. O objetivo é obter acesso a maiores informações do terceiro e realizar o mapeamento de eventuais riscos. A pesquisa é realizada em diversas fontes e bancos de dados públicos, com a

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

finalidade de identificar eventuais fraudes, riscos, histórico de corrupções e/ou não conformidades, cumprimento de normas e aderência à legislação.

- **Entretenimento:** eventos esportivos, culturais ou sociais, shows, peças teatrais, conferências técnicas e de negócio como parte integrante de uma relação comercial atual ou futura.
- **Fornecedor:** Fornecedores são contratadas, organizações, associações, fundações, grupos ou indivíduos (exceto empregados) contratados para executar serviços para a Fundação ou nomeados para desempenhar as obrigações estabelecidas no Acordo.
- **Hospitalidades:** situações nas quais possam ser oferecidas passagens aéreas, transporte terrestre, refeições, hospedagem, participação em eventos ou conferências técnicas e de negócio como parte integrante de uma relação comercial atual ou futura e que pressupõem deslocamento de seu domicílio de trabalho.
- **Outras Coisas de Valor:** qualquer benefício, tangível ou intangível, que não se enquadre como Brinde, Presente, Refeição, Entretenimento ou Hospitalidade nos termos desta Política. Exemplos: ofertas de emprego, promessas de recomendação (por exemplo, falar bem de alguém para favorecê-lo ou passar o currículo de alguém para o topo da lista), oferecer combustível para finalidade comercial ou operacional, descontos em empréstimos, recebimento ou tentativa de recebimento de descontos distintos da prática regular de mercado ou outros benefícios, na aquisição de bens ou serviços para uso ou consumo de caráter pessoal, em virtude de seu cargo na Fundação Renova.
- **Pagamento Facilitador:** Pagamento facilitador é um pagamento nominal a um agente público com o propósito de garantir ou acelerar a execução de uma ação rotineira e não discricionária por parte do governo. Exemplos de pagamentos facilitadores são:
 - Agilização do processo de obtenção de licenças, autorizações ou vistos;
 - Obtenção de benefício fiscal; ou
 - Obtenção de proteção policial.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

- **Presentes:** são itens tangíveis, com valor comercial, e que não necessariamente trazem a marca institucional de uma empresa ou instituição. Exemplos: flores, canetas tinteiro ou de marcas de valor relevante, relógios, mochilas, eletrônicos, pastas de couro, quadros, livros, CDs, DVDs, blu-rays, esculturas e obras de arte, ornamentos, cesta de Natal (ou referentes a outra data comemorativa) e bebida alcoólica.
- **Refeições:** cafés da manhã, lanche, almoço ou jantar durante os quais discussões de negócios podem ser conduzidas.
- **Vantagem Indevida:** Vantagem indevida e qualquer coisa de valor dada ou executada em benefício de quem a recebe. Não há valor mínimo para uma Vantagem indevida, incluindo, mas não se limitando a dinheiro em espécie, equivalentes (como cartões de presente), brindes, viagens, refeições, entretenimento, uso de veículos, hospedagem, favores como oportunidades de educação e emprego para amigos ou parentes, ou recebidos por uma pessoa.

6. Princípios e Regras

6.1 Proibições Gerais

6.1.1 Corrupção

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode oferecer, prometer, autorizar o pagamento, pagar ou fornecer, diretamente ou por meio de um terceiro, uma Vantagem indevida a um agente público com a intenção de induzir ou recompensar qualquer tipo de execução indevida de qualquer dever, responsabilidade ou obrigação desse agente público, tal como tomar uma decisão que beneficie a Fundação ou suas partes interessadas (stakeholders).

6.1.2 Suborno Comercial

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode oferecer, prometer, autorizar o pagamento, pagar ou fornecer, diretamente ou por meio de um terceiro, uma Vantagem indevida a qualquer empregado, agente ou

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

representante de outra empresa, com a intenção de induzir ou recompensar a execução imprópria de qualquer dever profissional, responsabilidade ou obrigação do recipiente.

6.1.3 Pagamentos facilitadores

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode oferecer, prometer, autorizar o pagamento, pagar ou fornecer, diretamente ou por meio de um terceiro, Pagamento Facilitador.

6.1.4 Fraude em Contratos com o Governo

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode: 1) frustrar ou defraudar, através de conluio arranjo ou outro meio, a natureza competitiva dos procedimentos de contratação pública; 2) impedir, embaraçar ou defraudar a execução de qualquer ato em um processo de contratação pública; 3) desqualificar um proponente concorrente por meio de fraude ou oferecendo qualquer tipo de vantagem; 4) defraudar um procedimento de contratação pública ou um contrato dele derivado; 5) criar fraudulentamente uma entidade legal para participar em procedimentos de contratação pública, ou para celebrar contratos com uma autoridade governamental; 6) obter fraudulentamente vantagem ou benefício impróprio advindo de aditamentos ou prorrogações de contratos com a administração pública, sem autorização legal estabelecida pela legislação, pelos termos do processo de contratação pública ou pelos respectivos contratos; 7) manipular ou defraudar o

equilíbrio econômico e financeiro de contratos com a administração pública; ou 8) dificultar a investigação ou a capacidade de auditoria de órgãos, entidades ou agentes públicos, interferindo em seus trabalhos.

6.1.5 Aceitar Vantagens Indevidas

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode solicitar, concordar em receber ou aceitar, direta ou indiretamente, uma Vantagem indevida como indução ou recompensa por execução indevida de qualquer dever, responsabilidade ou obrigação de seu cargo na Fundação para influenciar decisões tais como contratação de pessoal, celebração de contratos ou seleção de prioridades da Fundação.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.2 Orientações complementares

Transações que venham a violar a legislação anticorrupção nacional e internacional, o código de conduta e as normas internas da Fundação Renova podem surgir de diversas formas e vantagens indevidas podem abranger “arranjos”, além de situações óbvias como pagamento em espécie ou suborno. Para dirimir qualquer dúvida, essas transações são proibidas mesmo se forem somente oferecidas ou prometidas, mas não realizadas de fato.

A seguinte lista exemplificativa de Vantagens indevidas pretende demonstrar quão abrangente pode ser a definição de “algo de valor”, não limitando-a:

- Brindes, presentes, hospitalidades ou itens de quaisquer valores.
- Oportunidades educacionais, entrevistas ou ofertas de emprego, cartas de recomendação, serviços médicos.
- Doações (inclusive para caridade) para organizações com algum tipo de relação direta ou indireta com terceiros ou agentes públicos.
- Direcionamento de contratos para um certo fornecedor ligado ao terceiro ou a um agente público.
- Permitir a utilização de recursos da Fundação (por exemplo, permitir acesso ilimitado a veículos da Fundação para uso pessoal).
- Reembolso de despesas não justificadas para um colaborador ou um Fornecedor.
- Contribuições a partido político ou campanha de candidatos (doações, instalações para eventos políticos ou espaço de trabalho para campanha, patrocínio de eventos, transporte etc.).

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.3 Brindes, Presentes, Hospitalidades e outras coisas de valor

6.3.1 Diretrizes preliminares

Para concessão ou recebimento de brindes, presentes, hospitalidades ou outras coisas de valor por colaboradores da Fundação Renova, é importante reforçar algumas premissas fundamentais, a saber:

- Benefícios concedidos ou recebidos não devem ser exorbitantes ou extravagantes, mas devem ser ocasionais e de valor módico,
- Benefícios devem feitos ou recebidos de forma aberta e transparente,
- Devem ter finalidade comercial e institucional legítima,
- Não devem envolver oferta/recebimento de dinheiro a/de terceiros,
- As circunstâncias não devem aparentar má fé ou se confundir com atos de corrupção e fraude,
- Ao se tornarem públicas não podem impactar reputação própria ou da empresa
- A frequência não deve criar aparência de conduta imprópria.

6.3.2 Benefícios Limitados Permitidos

Em atendimento à legislação anticorrupção, a Fundação proíbe dar ou oferecer uma vantagem indevida como tentativa de influenciar um terceiro a cometer abuso em relação ao seu cargo profissional. Isso é contrário às leis e às políticas da Fundação. No entanto, existem ocasiões em que as atividades da Fundação Renova envolverão a oferta ou o recebimento de brindes, presentes, refeições, entretenimento ou outra hospitalidade ou a aceitação de viagens, refeições ou hospedagem como cortesia ou para atender aos projetos e objetivos da Fundação.

6.3.3 Exigência de Aprovação Prévia

Para a concessão, oferta ou recebimento de qualquer benefício listado abaixo, é necessário obter a aprovação do(a) Gerente da área responsável (ou do(a) Diretor(a),

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

quando aplicável) e da área de Compliance **antes** de oferecer, dar, receber ou adquirir qualquer um dos seguintes itens:

- a) Brindes (i.e., dados como cortesia ou em reconhecimento de serviços prestados, ou para promoção de boa vontade), presentes, refeições, entretenimento ou outra hospitalidade que **envolva um agente privado** (independentemente de tal hospitalidade ser fornecida no escritório da Fundação ou em um restaurante, local da conferência ou outro) com **valor total superior a R\$ 200,00 (pelo evento)**. Vale lembrar que toda hospitalidade deve ser razoável, deve ter um propósito comercial e estar alinhada com o papel dos convidados ou destinatários.
- b) Quaisquer brindes, presentes, refeições, entretenimento ou hospitalidade que envolva um agente público, **independentemente do valor**.
- c) **Outras coisas de valor** independente da contraparte e do valor envolvido necessitam de aprovação prévia do gerente responsável e da área de compliance. Esses casos incluem solicitações incomuns, como exemplo, o fornecimento de combustível ou a contratação de parente, dentre outros.

De forma ilustrativa, segue tabela sobre a necessidade de aprovações prévias:

Classificação da contraparte	Benefício a ser concedido, oferecido ou recebido	Requer aprovação prévia do Gerente** responsável (ou Diretor, quando aplicável)	Requer aprovação da área de Compliance
Privada	Brindes, presentes, hospitalidades ou outras coisas de valor acima de BRL 200 reais.	Se o valor total for superior a BRL 200 reais	Se o valor total for superior a BRL 200 reais
Pública	Brindes, presentes, refeições, entretenimento, hospitalidade ou outras coisas de valor independentemente do valor	Sempre	Sempre
Privada/Pública	Outras coisas de valor, independente da contraparte e do valor envolvido	Sempre	Sempre

*Os benefícios deverão ser considerados cumulativamente por evento na concessão.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

** Quando o solicitante pela concessão for um(a) gerente, deverá ser solicitada a aprovação do(a) respectivo(a) Diretor(a).

*** *Não é necessário o preenchimento do formulário de brindes/presentes, quando: a) houver a participação de pessoas colaboradoras ou pessoas terceiras¹ diretos em eventos corporativos ou treinamentos internos em "condição de trabalho", com a concessão ou recebimento de brindes ou hospitalidades (exemplo: treinamentos ou eventos internos com coffee break ou lanches, ou concessão de brindes a terceiros nestes eventos). b) quando áreas da Renova desejarem conceder brindes ou presentes para as próprias pessoas colaboradoras da Renova, como exemplo: ações de reconhecimento interno, alcance de metas, dentre outros. A regra não se aplica quando envolver pessoas terceiras². c) quando se tratar de brindes institucionais (itens de valor nominal normalmente baixo, irrisório ou que não tenham valor comercial, que trazem de alguma forma a marca institucional de uma empresa ou instituição. Exemplos: canetas personalizadas, relógios, lapiseiras, pastas, carteiras, chaveiros, agendas, cadernos, porta-retratos, calendários, pen-drives, porta cartões, blocos de anotação, canecas, sacolas recicláveis, ornamentos de escritório, dentre outros.)*

**** O recebimento e concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou outras coisas de valor não deve ocorrer de forma habitual envolvendo as mesmas partes mais que duas vezes em um período de 12 meses.

6.3.4 Exceção da aprovação prévia /regularização

De forma excepcional, poderão ser concedidas ou aceitas determinadas hospitalidades tais como hospitalidades para participação em audiências públicas, refeições em ocasião de manifestações, almoço ou jantar, como forma de cortesia e desde que envolvam valores razoáveis (dentro dos valores previstos no PG-SAD-001 - Procedimento de Viagens Transportes e Prestação de Contas) , sem a prévia aprovação do gerente responsável e da área de Compliance. Estas situações devem ser decorrentes de eventos ou reuniões em que não tenha havido convite prévio para a refeição e/ou tempo hábil para planejamento das concessões, e devem ser registradas posteriormente junto a área de Compliance em até 7 dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil da data do evento.

² **Pessoas Terceiras:** Pessoas físicas ou jurídicas que mantém vínculo contratual não trabalhista com a Fundação Renova ou que prestem serviços sem vínculo empregatício, bem como seus fornecedores, parceiros, executores e demais pessoas envolvidas (e.g. Terceiros fiscais de contratos) em projetos executados ou apoiados pela Fundação Renova.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.3.5 Como acionar a área de compliance

A pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) que deseja fornecer ou conceder um benefício ou que espera receber algum brinde, presente, hospitalidade ou qualquer outra coisa de valor deve preencher o Formulário de Brindes e presentes disponível no Sharepoint. O processo de análise é automatizado, tendo em vista que, ao preencher o formulário são enviados e-mails automáticos aos responsáveis envolvidos para análise e aprovação. Após o preenchimento pela pessoa colaboradora, o(a) gerente técnico ou diretor(a) técnico, conforme aplicável, deve aprovar a solicitação. O Formulário deve conter todas as informações relevantes, incluindo, mas não se limitando a:

- Nomes e afiliações de todos os beneficiários e/ou participantes;
- Se a instituição envolvida é pública ou privada;
- Valor total do benefício;
- Justificativa para a concessão ou recebimento do benefício;
- Plano bem definido para documentação das despesas previstas.

A área de Compliance conduzirá a análise da solicitação com a verificação das informações preenchidas, poderá solicitar eventuais esclarecimentos, se necessário, além de avaliar se a concessão ou recebimento do benefício está em conformidade com as políticas e procedimentos da Fundação. A área de Compliance também poderá, a seu critério, escalar o assunto para o Comitê de Compliance.

A solicitação poderá ser aprovada ou rejeitada pela área de compliance. Maiores detalhamentos sobre documentos e fluxo do processo estão descritos na instrução de trabalho específica sobre o tema.

Em se tratando de concessão de benefício para agente público (exemplo, despesas de viagens, concessão de coffee break, almoço, jantar ou outros) a área de compliance poderá solicitar ao requisitante, as evidências das despesas efetivamente incorridas, bem como a demonstração do pagamento em conta contábil específica para esta finalidade.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.3.6 Todas as Outras Vantagens indevidas Presumivelmente Proibidas

Nenhuma pessoa colaborador (a) (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode oferecer, prometer, autorizar o pagamento, pagar ou fornecer, diretamente ou por meio de um terceiro, qualquer forma de Vantagem indevida não descrita em 6.3.1 - 6.3.3 sem permissão da área de Compliance. Esses casos incluem solicitações incomuns como o fornecimento de combustível diretamente a um indivíduo ou a contratação de parente de um terceiro relevante.

6.3.7 Solicitação proibida

Pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da Fundação Renova não podem solicitar qualquer Vantagem indevida de terceiros. Não podem também agir de maneira a colocar qualquer terceiro em uma posição em que possa se sentir obrigado a fornecer uma Vantagem indevida para fazer negócio ou continuar a fazer negócio com a Fundação.

6.3.8 Pagamento de Vantagens indevidas

- (a) Preferência para Pagamento Direto.** Pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da Fundação Renova devem seguir as normas internas para realizar pagamento direto ao fornecedor por quaisquer vantagens indevidas aprovadas a serem oferecidas a terceiros. Caso não seja factível ou possível que a Fundação pague fornecedores de forma direta, o terceiro recebedor da Vantagem indevida pode realizar o pagamento do serviço e solicitar reembolso da Fundação.
- (b) Reembolso Somente com Documentação.** Pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da Fundação Renova não pode autorizar ou realizar o pagamento de qualquer solicitação de reembolso de Vantagem indevida que exceda a oferta ou seja apresentada sem cópias verificáveis dos recibos originais, conforme normas do setor financeiro da Fundação. Esta política deve ser comunicada a qualquer terceiro para o caso da Fundação não ser capaz de pagar o fornecedor diretamente.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.3.9 Não se enquadram no conceito de hospitalidade

Quaisquer despesas com refeição ou transporte concedidos em visitas às instalações e escritórios da Renova com públicos da governança interna e públicos externos com foco técnico-operacional (visita técnica, acompanhamento de andamento de programas/obras), comissões e órgãos públicos de fiscalização, agentes públicos, dentre outros(as) convidados(as). Tais visitas têm como objetivo apresentar tecnicamente o avanço das obras/entregas, sendo organizada e realizada diretamente pelas áreas técnicas responsáveis pelo relacionamento com o público em questão. Visitas técnicas não necessitam de um acompanhamento da equipe de relacionamento institucional. Os valores dispendidos com refeição e transporte não podem exceder os limites por pessoa previstos na política de despesas de viagem da Renova, seguindo os mesmos parâmetros de padrão de viagem aplicados a todas as pessoas colaboradoras.

6.3.10 Violações

Caso ocorra violação dessa Política, a Fundação Renova aplicará critérios definidos em sua Política de Gestão de Consequências. Caso a infração também viole as Leis Anticorrupção, outras sanções poderão ser aplicadas a pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) infrator.

6.3.11 Orientações complementares

Em caso de dúvida sobre aceitação ou oferta de um benefício, consultar previamente a área de Compliance. O fato de não ter conhecimento da legislação ou desta Política não pode ser utilizado como justificativa para qualquer violação.

6.4 Relacionamentos com Terceiros, Comunidades e Autoridades

6.4.1 Autoridade para Celebrar Acordos

Somente indivíduos devidamente autorizados pela Diretoria da Fundação podem celebrar acordos ou fazer promessas a terceiros em nome da Fundação.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.4.2 Políticas e Procedimentos de “Due Diligence” Necessários

A área de Compliance **antes** de oferecer, dar, receber deve promulgar e manter políticas e procedimentos estabelecendo as análises de “Due Diligence” necessárias em relação a esta subseção. Cada política específica deve estabelecer: (i) as condições que definem quando a diligência deve ser executada; (ii) as ações específicas que devem ser realizadas; (iii) o prazo de cada ação; e (iv) o responsável por cada ação. Além disso, a área de Compliance é responsável pela elaboração de procedimentos complementares que venham ser necessários para assegurar que esta Política seja efetiva nos programas e projetos específicos da Fundação.

- (a) **Análise de Terceiros.** Nenhum fornecedor pode ser contratado ou iniciar trabalhos em nome da Fundação, por qualquer que seja o objetivo, sem passar por procedimentos de Compliance para Análise de Terceiros, de acordo com o estabelecidos nos procedimentos. A due diligence será aplicada para os fornecedores que apresentarem red flags.
- (b) **“Due Diligence” de Programa.** Nenhum programa, investimento, concessão, projeto ou qualquer obrigação da Fundação estabelecido no Acordo envolvendo agente público pode ser iniciado sem avaliação de riscos, análise técnica, processo de “Due Diligence” e aprovação da área de Compliance, tudo com a devida documentação.
- (c) **“Due Diligence” de Iniciativa Conjunta.** A Fundação não pode estabelecer parceria com qualquer indivíduo, grupo ou organização em iniciativa ou patrocínio conjunto, a menos que o terceiro tenha sido submetido a um processo de “Due Diligence” e aprovado pela área de Compliance.
- (d) **“Due Diligence” de Doador.** A Fundação não pode aceitar doações de grande valor advindas de qualquer indivíduo, grupo ou organização, a menos que o terceiro tenha sido submetido a um processo de “Due Diligence” e aprovado pela área de Compliance.

6.4.3 Contratos

Todos os desembolsos feitos pela Fundação relativos ao Acordo devem incluir um contrato formal por escrito contendo: (i) definição clara do programa; (ii) cláusula

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

anticorrupção; (iii) cláusula de prestação de contas (sempre que couber); e (iv) qualquer outra cláusula necessária para o cumprimento desta Política e para evitar risco de corrupção.

6.4.4 Terceiros Atendendo aos Nossos Padrões

A Fundação somente realizará transações com indivíduos, grupos ou organizações confiáveis e éticos. A Fundação incluirá nos contratos com fornecedores, terceiros e Parceiros de Negócios: (i) cláusulas de compromisso com o Código de Conduta e demais políticas de compliance aplicáveis; (ii) representação referente ao uso devido das verbas; e (iii) possibilidade de rescisão do contrato em caso de violação das políticas, representações, ou cláusulas.

6.4.5 Autoridade e Responsabilidade de Condução de “Due Diligence”

Os responsáveis pelas ações descritas no procedimento de “due diligence” têm a obrigação de executar suas responsabilidades da forma descrita. O não atendimento a esta exigência será considerado como violação desta Política.

6.4.6 Autoridade e Responsabilidade de Avaliar Riscos de Compliance

A área de Compliance é responsável pela avaliação de todos os riscos de compliance.

6.5 Pagamentos

6.5.1 Pagamentos “em Espécie” Proibidos

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode autorizar ou realizar pagamentos em espécie de qualquer tipo a terceiros, salvo condições autorizadas nas normas relativas a viagens corporativas.

6.5.2 Pagamentos para Contas Não Verificadas ou Não Identificadas

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode realizar pagamento bancário de qualquer tipo em conta de terceiro, sem primeiro verificar se o número da conta está vinculado à identificação tributária do recebedor.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.5.3 Restrição de Verbas Pessoais

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode utilizar verbas pessoais para fornecer algo de valor a terceiros, de forma que se fosse pago diretamente pela Fundação, seria proibido por força desta Política.

6.6 Livros e Registros

6.6.1 Transparência Total

Todas as pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da Fundação Renova devem descrever de forma fiel e precisa o objetivo e o montante de cada transação pela qual foram responsáveis.

6.6.2 Transparência Total

Nenhuma pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode registrar montante ou descrição de transação de forma imprecisa ou como tentativa de ocultar a verdadeira natureza da transação. Qualquer tentativa de fazê-lo constituirá justificativa de encerramento de contrato.

6.6.3 Cooperação com Auditorias Contábeis

Uma amostra de todos os lançamentos e respectiva documentação deve ser periodicamente revisada pela área interna de auditoria da Fundação ou auditor externo para identificação de discrepâncias erros e omissões. Todas as pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da Fundação devem oferecer total cooperação em relação às solicitações desta natureza. O não atendimento a esta exigência constituirá justificativa para encerramento de contrato.

6.7 Treinamento e Certificação

6.7.1 Autoridade e Responsabilidade por Treinamentos

A área de Compliance é responsável pela elaboração, atualização e fornecimento de treinamento anticorrupção, incluindo orientações práticas sobre o Programa de Integridade, para todas as pessoas colaboradoras (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova, bem como quaisquer representantes de parceiros de negócios que tenham interface com agentes públicos em nome da Fundação.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.7.2 Treinamento Inicial Obrigatório

Pessoas colaboradoras próprias, conselheiros(as) e diretores(as) da Fundação Renova devem concluir treinamento anticorrupção em até 60 dias de sua admissão na Fundação.

6.7.3 Treinamento Anual Obrigatório

Pessoas colaboradoras próprias, conselheiros(as) e diretores(as) da Fundação Renova devem concluir treinamento anticorrupção uma vez por ano. O não atendimento a esta exigência será considerado como violação desta Política.

6.8 Suspeição de Violações Externas

6.8.1 Reação Violadores Externos

Pessoas colaboradoras próprias, conselheiros(as) e diretores(as) da Fundação Renova que recebam solicitação ou demanda de Pagamento Facilitador, propina, suborno ou qualquer Vantagem indevida proibida, ou ainda recebam oferta de suborno ou outra Vantagem indevida como tentativa de influenciar a execução de suas responsabilidades na Fundação, devem tomar as seguintes medidas (caso possível):

- (1) Certificar-se de não ter ouvido ou entendido mal a outra parte.
- (2) Recusar-se de forma clara e deliberada a cooperar.
- (3) Encerrar as discussões o mais rápido possível.
- (4) Relatar a solicitação ou demanda indevida prontamente ao seu superior e à área de Compliance logo que sair da reunião.
- (5) Documentar o relato do incidente por escrito assim que for possível.
- (6) Estar preparado para oferecer total cooperação à equipe de investigação da área de Compliance.

Pessoas terceiras que estejam trabalhando em nome da Fundação e que venham a receber tais solicitações, demandas ou ofertas em relação ao trabalho para a Fundação devem recusar cooperar e relatar o incidente ao seu contato na Fundação, antes de tomar qualquer outra medida.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.8.2 Prioridade de Saúde e Segurança

A Fundação não tolerará corrupção ou suborno, mas a saúde e a segurança de nossos empregados e agentes constituem a nossa maior prioridade: Se qualquer pagamento proibido for solicitado ou oferecido de forma ou em um contexto que apresente perigo imediato para a segurança do agente envolvido, o agente deve fazer uso de seu melhor julgamento para resolver a situação de forma segura. Assim que estiver fora de perigo imediato, relatar a situação de ameaça às autoridades locais e suas ações ao seu gerente e ao gerente de Compliance.

6.9 Suspeição de Violações Internas

6.9.1 Dever de Reportar/Denunciar

Pessoas colaboradoras próprias, conselheiros(as) e diretores(as) da Fundação Renova devem reportar imediatamente à área de Compliance qualquer conhecimento ou suspeição razoável de que uma pessoa associada à Fundação tenha violado ou tenha a intenção de violar esta Política. O fato de não denunciar violações pode resultar em consequências tão severas quanto essas violações, inclusive ações disciplinares.

A Fundação estimula qualquer pessoa com suspeitas a ser o mais transparente e honesta possível ao fazer a denúncia, pois isso contribuirá para uma resposta completa e efetiva à situação. A Fundação investigará denúncias de forma discreta e sigilosa, e envidará seus melhores esforços para manter a identidade do denunciante confidencial.

A Fundação mantém um canal confidencial para denúncia de suspeitas de violação desta ou de outras políticas, Código de Conduta e legislação anticorrupção nacional e internacional. Os relatos poderão ser realizados através do site Canal Confidenciale-mail canalconfidencial@fundacaorenova.org ou telefone 0800 721 0717.

6.9.2 Retaliação proibida

Nenhuma pessoa colaboradora própria (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova pode dar início, participar de ou tolerar qualquer forma de relação contra alguém que tenha levantado suspeição genuína sobre o atendimento a esta Política. Retaliação é justificativa para ação disciplinar, inclusive demissão.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

Qualquer suspeita de retaliação deve ser imediatamente denunciada à área de Compliance. Todas as alegações de retaliação serão rigorosamente investigadas como violações desta Política., conforme previsto na Política de não retaliação.

6.10 Investigações e Auditorias

6.10.1 Autoridade e Responsabilidade de Investigar

A área de Compliance é responsável pela coordenação e supervisão de investigações de alegações de violação desta Política, inclusive quaisquer situações relativas a retaliação. A área de Compliance deve garantir que todas as alegações de violação desta Política passem por triagem em tempo hábil, sejam tratadas de forma séria, rigorosamente investigadas e avaliadas de forma justa. Nenhuma investigação de violação ou potencial violação pode ser concluída sem o consentimento expresso da área de Compliance.

6.10.2 Exigência de Discrição

Qualquer pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova envolvido em uma investigação deve executar investigações preliminares das alegações de violação desta Política de forma discreta, sempre que possível, até que evidências sejam descobertas

6.10.3 Confidencialidade

Caso solicitado por um denunciante, qualquer pessoa colaboradora (inclusive conselheiro(a) e diretor(a)) da Fundação Renova envolvido em uma investigação deve manter, o máximo possível, a identidade do denunciante confidencial

6.10.4 Autoridade e Responsabilidade

O gerente de Compliance deve, diretamente e em conjunto com auditores externos, realizar auditoria, avaliação, teste e medição regulares da efetividade do Programa de Compliance e desta política.

6.10.5 Dever de Cooperar

Pessoas colaboradoras (inclusive conselheiros(as) e diretores(as)) da FundaçãoRenova devem cooperar totalmente com qualquer investigação ou auditoria. Isso inclui cooperação total com qualquer equipe de auditoria interna, auditores externos ou conselho legal externo.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.10.6 Sobreposição com Outras Áreas

A área de Compliance define o escopo de Investigações e pode utilizar recursos de outras áreas para suporte a investigações de potenciais violações.

6.10.7 Manutenção de Registros

A área de Compliance é responsável pelo registro de todas as violações denunciadas, bem como pela documentação da resposta da Fundação a cada uma delas. Esses registros devem ser mantidos por no mínimo 5 anos.

6.10.8 Emissão de Relatórios

O gerente de Compliance deve emitir relatórios periódicos relativos a investigações, ações de execução e descobertas significativas de quaisquer auditorias relativas a esta política para conselho curador.

6.11 Consequências de Violações

6.11.1 Violações em Potencial

- Violar voluntária ou intencionalmente a legislação ou esta Política;
- Orientar outros a violar a legislação ou esta Política;
- Deixar de cooperar em uma investigação sobre possíveis violações por outrem;
- Exercer retaliação contra qualquer pessoa colaboradora ou terceira ou um fornecedor por denunciar uma suspeição ou violação; e
- Não monitorar de forma efetiva as ações dos subordinados.

6.11.2 Consequências Legais em Potencial

As violações destas políticas ou de qualquer legislação anticorrupção podem resultar em multas de alto valor para a Fundação e suas Partes Interessadas, bem como ações legais por danos a terceiros contra a Fundação e suas Partes Interessadas, e processos criminais e possível prisão de indivíduos pessoalmente envolvidos.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

6.11.3 Consequências Legais em Potencial

Ações disciplinares dependerão da seriedade da violação e de outras circunstâncias relevantes. A Fundação aplicará ações disciplinares de acordo com a Política de Gestão de Consequências, a qual inclui, mas não se limita, ao encerramento do contrato de trabalho (demissão).

7. Itens revisados em relação a última versão

Versão da POL	O que foi alterado
1	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração nos itens de Exigência de Aprovação Prévia; • Acrescido Formulário de Reconciliação de Despesas/Reembolso. • Exclusão do item "Relatórios de Diretoria e partes interessadas (stakeholders)"; • Alteração do tópico "Terceiros Atendendo aos Nossos Padrões"; • Prazo do Treinamento Inicial Obrigatório alterado de 30 dias para 60 dias; • Acrescidas informações sobre o canal de denúncia; • Alteração do item "Consequências Trabalhistas em Potencial".
2	<ul style="list-style-type: none"> • Alterado o item "Objetivo", com correções nas informações de legislação; • Alterado o item "Público alvo"; • Alterado o item "Documentos Complementares"; • Alterado o item "Responsabilidades"; • Adequada a formatação do documento.
3	<ul style="list-style-type: none"> • Alterado o item 1 referente ao "Objetivo", com adequação da legislação aplicável; • Alterado o item 5 referente ao conceito de "Brindes" e inclusão de "Benefícios" e "Presentes"; • Alterado o item 6.3 referente ao processo de Brindes, Presentes e Hospitalidades; • Adequação na redação com poucos ajustes.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Alterado conceito de agente público no item 5; • Alterado conceito de business partner no item 5; • Adicionado conceito de colaboradores no item 5; • Alterado no item 6.3.3 o valor máximo de benefícios que podem ser concedidos/recebidos sem aprovação prévia; • Incluída observação sobre conceito de hospitalidade no item 6.3.9; • Incluída observação sobre condições autorizadas nas normas relativas a viagens corporativas.
5	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações pontuais na redação da política; • Inclusão do termo "terceiros" na definição do conceito de "colaborador"; • Itens 6.4.2a: substituição do termo "Due Diligence" por "Análise de Terceiros" e adequação do texto; • Item 6.3.5: inserida informação sobre a necessidade de aprovação da solicitação pelo gerente técnico ou diretor técnico, conforme aplicável.

Código:	POL-CAU-001
Nº da revisão:	06
Elaborador:	Roberta Porto
Aprovador:	Conselho Curador
Data da aprovação:	17/07/2024
Periodicidade da revisão:	Bienal
Classificação:	Público

Versão da POL	O que foi alterado
6	<ul style="list-style-type: none"> • Acrescido o tópico "Introdução" para constar que a Fundação Renova assume o compromisso de combater fraude e corrupção em todas as suas áreas de atuação; • Alterado o conceito de "Parceiro de Negócios", de forma a constar que terceiros que representam a Renova também são considerados "Parceiros de Negócio"; • Incluído "pré-candidato" no conceito de agente público; • Ampliado o detalhamento do conceito de "due diligence", considerando o conceito descrito no procedimento de diligência (PG-CAU-003); • Inserida exceção no item 5.3.3 – Exigência de Aprovação Prévia para as situações a seguir: quando: a) houver a participação de empregados, terceiros¹ diretos ou colaboradores da Fundação Renova em eventos corporativos ou treinamentos internos em "condição de trabalho", com a concessão de brindes ou hospitalidades; b) quando áreas da Renova desejarem conceder brindes ou presentes para os próprios empregados da Renova; (c) quando se tratar de brindes institucionais (itens de valor nominal normalmente baixo, irrisório ou que não tenham valor comercial, que trazem de alguma forma a marca institucional de uma empresa ou instituição; • Inserida exceção no item 5.3.4 – Exceção de aprovação prévia/Regularização: hospitalidades para participação em audiências públicas, refeições em ocasião de manifestações; • Inclusão na regra de valores cumulativos somente para os casos que envolver concessões; • Inclusão de regra de frequência das concessões/recebimentos; • Inclusão de menção da Política de não retaliação; • Exclusão no item 5.3.9.; • Exclusão do item 6.10.8; • Inserido o conceito de "terceiros"; • Alterações e melhorias na redação do documento; • Alterado o termo "Vantagem Pessoal" por "Vantagem Indevida"; • Inclusão do termo "adquirir" no tópico 7.3.3.

8. Anexos

Não se aplica.